

ANÁLISE DO PERFIL DOS PROFESSORES DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE URUGUAIANA/RS

Ana Cristina Silva da Silva ¹

Amanda Machado Teixeira ²

Renata Godinho Soares ³

Patrícia Becker Engers ⁴

Laura Mendes Rodrigues Fumagalli ⁵

Jaqueline Copetti ⁶

Resumo:

O Atendimento Educacional Especializado foi criado para auxiliar no processo de ensino e aprendizagem de estudantes com necessidades educacionais especiais, facilitando seu acesso ao currículo e a plena participação com autonomia e independência, no ambiente educacional e social, devendo ser articulado com a proposta da escola regular, o AEE deve acontecer em Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) que é um espaço organizado com materiais didáticos, pedagógicos, equipamentos e profissionais com formação para o atendimento às necessidades educacionais especiais, projetadas para oferecer o suporte necessário a estes alunos, favorecendo seu acesso ao conhecimento. O AEE é de fundamental importância, pois trabalha as reais necessidades do educando, respeitando os ritmos de aprendizagem e as especificidades de cada um, desenvolvendo a autonomia desses estudantes, e é muito importante para os avanços na aprendizagem na sala de ensino regular. Os professores das SRM devem atuar de forma colaborativa com o professor da classe comum para a definição de estratégias pedagógicas que favoreçam o acesso do aluno ao currículo e a sua interação no grupo, entre outras ações que promovam a educação inclusiva. Em razão disso, a análise proposta tem grande importância diante das mudanças e transformações de tamanha complexidade no contexto atual, para um desenvolvimento autônomo e emancipador dos participantes do processo educativo. A partir dessa reflexão é que podem surgir os processos de significação visando ampliar a compreensão e atuação frente ao ato complexo da docência, ao atender alunos com necessidades educacionais especiais. Desse modo, o presente trabalho teve como objetivo, analisar o perfil dos professores do Atendimento Educacional Especializado, atuantes nas escolas da rede pública municipal de Uruguai/RS. Este estudo pode ser considerado como qualitativo descritivo. Os resultados do estudo fazem parte do Projeto de Pesquisa intitulado "Inclusão escolar na perspectiva docente: Identificando dificuldades, ações e conteúdos para prover a Formação de Professores", que foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Pampa sob o parecer nº 2.887.965. Conforme os resultados apresentados, apenas 6 professoras atuantes no AEE no município investigado, possuem graduação específica em Educação Especial, e as demais, são habilitadas para atuar nas SRM pois possuem especialização na área. Frente a essa realidade, a formação do professor do AEE pode ser considerada limitada e de consistência questionável, pois foi realizada de forma rápida para atender a uma demanda imediata, e não dá subsídios para o profissional cumprir com todos os objetivos atribuídos à função.

Palavras-chave: Educação Especial; Atendimento Educacional Especializado; Formação de Professores; Inclusão.

Modalidade de Participação: Iniciação Científica

**ANÁLISE DO PERFIL DOS PROFESSORES DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO DAS
ESCOLAS MUNICIPAIS DE URUGUAIANA/RS**

¹ Aluno de graduação. ana.ss.cris@gmail.com. Autor principal

² aluno de mestrado. amandateixeira.m@gmail.com. Co-autor

³ Aluno de mestrado. renatags2006@yahoo.com.br. Co-autor

⁴ aluno de doutorado. patriciaengers@gmail.com.br. Co-autor

⁵ professor. prof.laurafumagalli@gmail.com. Co-autor

⁶ Docente. jaquelinecopetti@unipampa.edu.br. Orientador

ANÁLISE DO PERFIL DOS PROFESSORES DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE URUGUAIANA/RS

Ana Cristina Silva da Silva
Amanda Machado Teixeira
Renata Godinho Soares
Patrícia Becker Engers
Laura Mendes Rodrigues Fumagalli
Jaqueline Copetti

1 INTRODUÇÃO

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) foi criado para auxiliar no processo de ensino e aprendizagem de estudantes com necessidades educacionais especiais, facilitando seu acesso ao currículo e a plena participação com autonomia e independência, no ambiente educacional e social (BRASIL, 2010). Além disso, ele deve ser articulado com a proposta da escola regular, embora suas atividades se diferenciem das realizadas em salas de aula de ensino comum. Em todas as escolas de ensino regular, o AEE deve acontecer em Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) que é um espaço organizado com materiais didáticos, pedagógicos, equipamentos e profissionais com formação para o atendimento às necessidades educacionais especiais, projetadas para oferecer suporte necessário a estes alunos, favorecendo seu acesso ao conhecimento (BRASIL, 2009).

O AEE é de fundamental importância, pois trabalha as reais necessidades do educando, respeitando os ritmos de aprendizagem e as especificidades de cada um, desenvolvendo a autonomia desses estudantes, e é muito importante para os avanços na aprendizagem na sala de ensino regular. Os professores das SRM devem atuar de forma colaborativa com o professor da classe comum para a definição de estratégias pedagógicas que favoreçam o acesso do aluno ao currículo e a sua interação no grupo, entre outras ações que promovam a educação inclusiva (BRASIL, 2010), pois o trabalho docente está atrelado a vários fatores, entre eles, a formação continuada, que é inegavelmente uma necessidade nos dias atuais.

Ao mesmo tempo, as necessidades e demandas que a escola vivencia todos os dias, exige de todos os envolvidos um processo de melhoria contínua para poder atender à diversidade encontrada em sala de aula, e proporcionar o desenvolvimento de um trabalho de qualidade dentro de um processo formativo, capaz de mobilizar saberes e romper visões simplistas do conhecimento (PRADO, 2001). Prado (2001) explica que a aprendizagem dos diferentes alunos deve acontecer de modo que lhes possibilite um ganho significativo do ponto de vista educacional, afetivo e sociocultural e a LDB (1996) garante o acesso à escola a alunos com deficiência, todavia a inclusão desses alunos no âmbito educacional atual requer um debate, assim como a organização de várias propostas de trabalho e diferentes abordagens, sendo necessária uma formação adequada para trabalhar com especificidades de cada criança no contexto escolar.

Em razão disso, a análise proposta tem grande importância diante das mudanças e transformações de tamanha complexidade no contexto atual, bem como sobre o contexto em que o ensino tem lugar para que possa, assim, facilitar o desenvolvimento autônomo e emancipador dos participantes do processo educativo (GÓMEZ, 2001). A partir dessa reflexão é que podem surgir os processos de significação visando ampliar a compreensão e

atuação frente ao ato complexo da docência, ao atender alunos com necessidades educacionais especiais. Desse modo, o presente trabalho teve como objetivo, analisar o perfil dos professores do Atendimento Educacional Especializado, atuantes nas escolas da rede pública municipal de Uruguaiana/RS.

2 METODOLOGIA

Este estudo pode ser considerado como qualitativo descritivo. Os resultados do estudo fazem parte do Projeto de Pesquisa intitulado “Inclusão escolar na perspectiva docente: Identificando dificuldades, ações e conteúdos para prover a Formação de Professores”, que foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Pampa sob o parecer nº 2.887.965.

Participaram da pesquisa 17 professoras, atuantes nas SRM das escolas municipais de Uruguaiana/RS, que responderam a um questionário estruturado com questões abertas, que teve como objetivo identificar o perfil de atuação e formação dessas profissionais, composto pelas seguintes questões: data de nascimento, escola em que atua, nível escolar de atuação, carga horária semanal de trabalho, área de formação e se possui pós-graduação. A coleta de dados foi realizada na Secretaria Municipal de Educação (SEMED), em reunião previamente agendada. Todas as participantes assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), e todos os preceitos éticos foram respeitados, de acordo com a Declaração de Helsinque (2008) e as Resoluções 510/16 e 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Para análise dos dados, foi utilizada a análise de conteúdo descrita por Bardin (2011).

3 RESULTADOS e DISCUSSÃO

Conforme descrito na Figura 1, os resultados do estudo demonstraram que a maioria das professoras do AEE atuantes na rede municipal de ensino de Uruguaiana/RS, tem mais de 40 anos (n=10), trabalha com Ensino Fundamental (n=10), tem carga horária semanal de 20h (n=10), possui graduação em Pedagogia (n=7), tem pós-graduação em Educação Especial e atua somente em uma escola (n=9). É importante ressaltar que algumas professoras relataram possuir mais de uma graduação e/ou pós-graduação, e todas as menções foram contabilizadas. No caso da pós-graduação, 7 professoras relataram possuir mais de uma especialização, e 2 relataram não possuir nenhuma.

De acordo com a legislação vigente, conforme o art. 12 da Resolução CNE/CEB n.4/2009, para atuar no AEE o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência, independente da área de formação, e formação específica para educação especial. Conforme os resultados apresentados, apenas 6 professoras atuantes no AEE no município investigado, possuem graduação específica em Educação Especial, e as demais, são habilitadas para atuar nas SRM pois possuem especialização na área. Frente a essa realidade, Rossetto (2015) destaca que a formação do professor do AEE pode ser considerada limitada e de consistência questionável, pois foi realizada de forma aligeirada para atender a uma demanda imediata, e não dá subsídios para o profissional cumprir com todos os objetivos atribuídos à função.

Figura 1 – Perfil das professoras do Atendimento Educacional Especializado das escolas municipais de Uruguaiana/RS.



Fonte: das autoras, 2018.

Em relação ao nível escolar de atuação, ressalta-se que as escolas municipais do município investigado só contemplam Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Técnico, o que justifica a falta de profissionais atuantes no Ensino Médio neste estudo. Além disso, sabe-se que a maioria dos estudantes com deficiência estão concentrados nos primeiros anos escolares, pois a maioria não chega ao Ensino Médio, devido a diversos fatores relacionados ao processo inclusivo (BORGES; CAMPOS, 2017). Um desses fatores, é a realidade de muitos professores das salas regulares, que não se sentem preparados para trabalhar com o público-alvo da Educação Especial, pela falta de formação e capacitação para atender esses estudantes (TAVARES et al., 2016).

Além disso, considerando que o AEE é realizado no turno oposto da sala regular, nas instituições de Ensino Fundamental, e os professores das classes comuns apresentam fragilidades em seu processo de formação para a inclusão, é de fundamental importância que haja articulação entre os docentes do AEE e demais professores (TAVARES et al., 2016). Todos devem fazer parte desse processo, proporcionando meios e recursos que permitam a esses estudantes, uma formação educacional de qualidade conferindo-lhe, assim, os seus direitos como cidadão e acima de tudo respeito com as diferenças impostas pela condição humana.

Por fim, de acordo com os resultados deste estudo, a maioria das professoras do AEE trabalham 20h semanais e em apenas uma escola, mas nota-se que uma quantidade expressiva de docentes possui carga horária de 40h ou mais e atua em mais de uma escola. De acordo com Rossetto (2015), as condições de trabalho do professor do AEE podem prejudicá-lo na sua atuação com alunos com necessidades educativas especiais, pela falta de tempo para planejamento e também para a elaboração de estratégias que supram toda a demanda que as especificidades dos estudantes público-alvo da Educação Especial exigem.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Especial dentro da escola regular está amparada por leis, resoluções e portarias que preveem nas escolas espaços físicos adequados, materiais didáticos de qualidade e profissionais qualificados para garantir aos estudantes público-alvo da Educação Especial um atendimento adequado, respeitando as especificidades e diferenças de cada um. No entanto, percebe-se que na prática, essa realidade é diferente. Ainda, sabe-se que existem muitas lacunas na legislação vigente, que por vezes, erguem muitas barreiras para que a inclusão efetivamente ocorra.

De forma geral, pode-se dizer que ainda é preciso muitos avanços no que diz respeito a melhoria do AEE nas SRM, e a melhoria do processo de inclusão escolar como um todo. Para que a inclusão escolar efetivamente ocorra, todos os profissionais e pessoas envolvidas nesse processo, devem estar articuladas e engajadas, na busca por qualificação constante, trocas de experiências e saberes, vivências, angústias, buscando aperfeiçoamento, sabendo que muitos desafios serão encontrados, mas que também precisam ser superados.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70; 2011.

BORGES, L.; CAMPOS, J. A. P. P. Fatores determinantes ao ingresso de alunos com deficiência no ensino médio. *Psic. da Ed.*, São Paulo, 44, 1º sem, pp. 79-91, 2017.

BRASIL. **Diretrizes Operacionais do Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial**. Brasília, 2009.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96)**. Ministério da Educação, 1996. BRASIL. Decreto nº 6571. Brasília, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas**. Brasília: MEC, 2007. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Manual de Orientação: Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais**. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9936-manual-orientacao-programa-implantacao-salas-recursos-multifuncionais&category_slug=fevereiro-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 05 de Setembro de 2018.

BRASIL. Resolução no 4, de 02 de outubro de 2009. **Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf>. Acesso em: 31 de agosto de 2018

GÓMEZ, A. I. P. **A cultura escolar na sociedade neoliberal**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

PRADO, M. E. B. B.; FREIRE, F. M. P. **A formação em serviço visando a reconstrução da prática educacional**. In: FREIRE, F. M. P.; VALENTE, A. (Orgs) *Aprendendo para a Vida: os Computadores na Sala de Aula*. São Paulo: Cortez, 2001.

RODRIGUES, D. (Org.). **Inclusão e Educação: Doze Olhares Sobre a Educação Inclusiva**. São Paulo: Summus Editorial, 2006.

ROSSETO, E. **Formação do professor do atendimento educacional especializado: a Educação Especial em questão**. *Revista Educação Especial*, v. 28, n. 51, p. 103-116 - jan./abr. 2015.

TAVARES, L. M. F. L.; SANTOS, L. M. M.; FREITAS, M. N. C. **A Educação Inclusiva: um Estudo sobre a Formação Docente**. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v. 22, n. 4, p. 527-542, Out.-Dez., 2016.